

## NOTAS E RECENSÕES

### A GEOGRAFIA URBANA ATRAVÉS DOS MANUAIS (I PARTE)

A maior parte das inovações que contribuem para o avanço do conhecimento, apresentadas muitas vezes em artigos, aparecem, frequentemente, num tempo posterior, sistematizadas em livros ou articuladas num novo corpo teórico ou metodológico. Com efeito, a pesquisa científica está sujeita ao processo da difusão: as inovações começam por aparecer isoladamente e depois, em períodos que tendem a ser cada vez mais curtos, são difundidas, multiplicando-se as experiências para testar a sua validade e generalidade. Quando é caso disso, são sistematizadas e institucionalizam-se.

A natureza do próprio conhecimento científico faz com que os avanços que se vão realizando e, portanto os livros ou artigos que directamente lhes dizem respeito, tenham um carácter temático ou sectorial. Os manuais, não comportando em si nenhuma invenção particular, têm a vantagem de condensar o saber instituído à época em que são feitos. Os progressos constantes na produção urbana determinam a desactualização dos livros de texto existentes, pelo que outros, mais novos, lhes sucedem, procurando integrar as novas correntes, entretanto desenvolvidas. Os manuais oferecem-nos, por isto, a vantagem de fazer o ponto sobre o conhecimento numa disciplina em determinada época e, ao contrário dos textos inovadores, de terem a preocupação global de cobrir os diversos aspectos dessa disciplina. Para além disto, têm uma função pedagógica. Ao juntar o acervo de conhecimentos de um ramo do saber propõem-se guiar os interessados nessa matéria, fornecer uma leitura do objecto de estudo que a pesquisa posterior deve aprofundar, na sua globalidade ou segundo determinadas pistas.

Pareceu-nos portanto que a análise dos manuais de Geografia Urbana podia ajudar a compreender a evolução desta disciplina, tanto em termos de conhecimento do seu objecto de estudo, a cidade, como da mudança nas perspectivas que visam esse conhecimento. Será sobre este último aspecto que nos debruçaremos no presente texto, pois que o outro levaria à elaboração de mais um manual. Fazemo-lo principalmente a pensar nos alunos da Geografia Urbana, pois que seguir um curso, ou a introdução a uma disciplina, pressupõe a utilização de um livro de referência. Felizmente este tipo de livros tem-se multiplicado, o que mostra a vitalidade da Geografia Urbana, pelo que é útil analisar os mais importantes em conjunto, a fim de permitir aos estudantes a selecção mais criteriosa da bibliografia de base em que se apoiam.

Ao dedicarmo-nos a esta tarefa reduzimos o âmbito da análise aos manuais franceses e anglo-saxónicos publicados depois da Segunda Guerra Mundial. A primeira escolha liga-se às influências culturais dominantes na Geografia Portuguesa e, por isso, ao facto de os livros com esta origem serem os mais acessíveis, tanto a nível do mercado livreiro como ao das bibliotecas, no país. Em termos relativos, a edição de manuais é mais frequente na Europa, e concretamente em França, que nos Estados Unidos, talvez devido à diferença de estrutura dos cursos, ensino e carreiras universitárias nestas duas realidades culturais. Há muitos livros fundamentais para a Geografia Urbana publicados no Reino Unido ou, principalmente nos EUA que não referimos aqui, por não serem compêndios de Geografia, mas sim colectâneas mais ou menos anotadas de artigos. Com efeito, os *Readings* são mais importantes na bibliografia anglo-saxónica que os manuais.

Quanto ao período sobre o qual incide esta análise, concretamente o limite inferior situado em 1945, foi ditado pelo próprio desenvolvimento da Geografia Urbana. Até essa data encontramos essencialmente estudos locais (monografias de cidades) ou com carácter temático e é por alturas da Segunda Grande Guerra que a proliferação daqueles estudos vem facilitar o surgimento de manuais especializados. Uma excepção a esta regra é introduzida pela primeira obra considerada, a *Géographie des Villes* de P. LAVEDAN que, tendo sido editada em 1936, tem uma «nouvelle édition» em 1959; embora com alterações substanciais em relação à 1.ª edição, a análise do segundo texto obrigava ao conhecimento do primeiro. Não considerámos porém o livro de G. TAYLOR, *Urban Geography*, porque, embora tenha sido publicado em 1946, aparece desfasado em relação ao seu tempo. Defendendo ainda ideias (o determinismo) que os geógrafos na sua maioria já repudiavam, a sua influência não pode ter sido importante.

A tónica nos manuais especializados de Geografia Urbana levou-nos a não considerar livros de Geografia Humana, mesmo que tivessem um capítulo ou uma parte sobre Geografia Urbana, como os de MAX SORRE e DERRUAU, entre outros. Efetivamente, a passagem do capítulo do livro de G. Humana ao compêndio específico é já de si sintomática da maior autonomia científica da própria Geografia Urbana.

### *Os manuais franceses*

O livro de P. LAVEDAN<sup>(1)</sup> estrutura-se em três partes: a primeira dá conta da «evolução das cidades», a segunda da «estrutura urbana», enquanto a terceira se chama «a vida urbana».

Na primeira parte, depois de discutir definições de cidade, o autor apresenta a distinção entre dois grandes tipos de cidades: as cidades espontâneas, isto é, as que provêm de formas de povoamento anteriores e vão sofrendo um crescimento natural ou espontâneo e, por oposição, as cidades criadas. Analisa ainda os respectivos «ciclos de vida» e a evolução das cidades desde a Antiguidade até às regiões urbanas e conurbações.

(1) P. LAVEDAN (1936), *Géographie des Villes*, Paris, Gallimard.

A segunda parte é uma análise, com forte componente morfológica, das plantas das cidades e dos seus elementos (espaços livres, superfícies construídas e bairros).

Finalmente, a terceira parte diz mais respeito aos grandes aspectos que o crescimento urbano contemporâneo põe aos urbanistas: forma da expansão urbana e planos, a circulação e os transportes e as infra-estruturas (água, esgotos, lixos e energia).

É um livro essencialmente descritivo, bastante sistematizado, denotando um esforço de classificação que se encontra subjacente à maioria dos assuntos (tipos de cidades, de plantas, de edifícios, de ruas, de bairros, etc.), pois os critérios que presidem à classificação e esta de per si não são explicitados nem discutidos. O enfoque é morfológico, já que, para além do capítulo sobre desenvolvimento histórico, a cidade é estudada como um espaço-cenário, onde se desenrolam as acções humanas. A Geografia Humana ou Social, como hoje as entendemos, estão bastantes ausentes desta análise. A sociedade aparece como autora, como definidora das regras e dos planos, mas o que LAVEDAN estuda é o resultado dessas acções. Se no tratamento é muito evidente a pormenorização dos aspectos morfológicos (a forma, os traçados, as dimensões), as bases para as classificações adoptadas são principalmente funcionais, quando muito morfo-funcionais. Assim, se os tipos de plantas decorrem da forma, os dos bairros alicerçam-se na função, enquanto nas praças tanto usa a forma (triangular, quadrangular) como a função, de monumento de trânsito, de mercado, etc.

Na abordagem morfológica adoptada nota-se uma grande influência da disciplina urbanística, devido à extensão conferida às regras, aos regulamentos, às dimensões dos elementos urbanos e mesmo às infra-estruturas.

Este livro é muito curioso, pois o autor parte dos conceitos da Geografia Humana da época, relações mútuas homem-meio fortemente deterministas, importância da História na explicação, comparação da cidade a um organismo vivo, embora na prática não os siga. Assim, na análise da formação da cidade, o autor começa por referir as vantagens do sítio e cita mesmo V. LA BLACHE, «A natureza prepara o sítio e o homem organiza-o de modo a poder responder aos seus desejos e necessidades» (p.12), para propor uma mudança na «fórmula» e dizer «o homem escolhe e depois utiliza o sítio preparado pela natureza. O factor humano é o primeiro» (p.12). Com efeito, LAVEDAN parece distanciar-se das influências determinantes do ambiente no que toca à explicação em Geografia Urbana, dizendo que «a História da evolução urbana, como das civilizações, é a história duma libertação progressiva: a natureza cede continuamente lugar à arte (ao artefacto) ou pelo menos, o natural ao artificial» (p.39). Esta recusa na pesquisa dos efeitos da acção da natureza sobre o homem levaria à negação da própria Geografia Humana, tal como era definida e praticada na época, pelo que o autor não discute esta questão, só vindo a pô-la na edição de 1959, na página 318.

No que respeita à História, a primeira parte do livro obedece ao esquema daquilo a que na nova edição chamará «fatalismo histórico» e que de facto é um biologismo, pois aceita como fenómeno natural que as cidades nasçam, cresçam e morram. A ideia de um ciclo de vida para a cidade foi introduzida por P. GEDDES

(1915) mantendo-se ainda na obra de MUMFORD (1961), para quem a megalópolis da cidade ocidental se converterá em necrópolis. G. TAYLOR (1946), na linha de SPENCER, adoptou também o ciclo Davisiano como referencial da sua obra.

Já o organicismo biológico, então tão importante na escola de Chicago, só é utilizado na página 8 para justificar o plano da obra: «este trabalho é, com efeito, regido pela ideia de que a cidade é um ser vivo, como o corpo humano, por isso depois da análise dos factores que explicam a formação, crescimento e declínio das cidades (1.ª parte) estuda a anatomia e a fisiologia das cidades: os elementos da estrutura urbana (2.ª parte); a vida que anima essa estrutura, os problemas postos pelo crescimento urbano, a circulação» (p.8).

A «nouvelle édition» da *Géographie des Villes* aparece em 1959 (?). Nota-se uma libertação do autor em relação às escolas deterministas, historicistas e mesmo biológicas que eram o ponto de referência, embora não completamente seguido, da primeira edição, pois estas correntes são contestadas no primeiro capítulo.

A orientação morfológica é ainda mais clara, aparecendo estes assuntos bastante ampliados em relação ao texto de 1936. Em parte por isto e como resultado do desenvolvimento que os estudos urbanos entretanto tiveram, esta edição parece mais geográfica e menos dependente do urbanismo; estes aspectos continuam a estar presentes mas pesam menos, em termos relativos, num conjunto maior.

A estrutura global do livro mantém-se, três partes com os mesmos títulos da edição de 1936, mas há algumas modificações. Na I parte, que é a mais curta, põe o problema da perspectiva a seguir, da origem e etapas de desenvolvimento urbano, rematando com os aspectos «actuais» da expansão urbana ligados à legislação e prática urbanísticas que estavam na III parte na 1.ª edição. Esta parte evidencia a tendência urbanista do autor e, na nova redacção, permite-lhe distanciar-se daquilo que chama os fatalismos habituais no tratamento do tema, o histórico e o geográfico. Na primeira corrente situa SPENGLER e P. GEDDES, que teorizaram sobre as etapas de desenvolvimento urbano desde o nascimento até à morte. LAVEDAN contesta a aplicação deste ciclo histórico-biológico às cidades, porque há muitas criações do zero, sem passar pelas fases de aldeia ou vila, enquanto numerosas aldeias nunca se transformam em cidades. «Assim como as cidades mundiais de Spengler não existem por todo o lado, nada nos diz que a evolução que ele preconiza seja universal, nem necessária» (p.15). Quanto ao fatalismo geográfico de RATTZEL e BLANCHARD, para quem são as condições geográficas do sítio que comandam o desenvolvimento das cidades, mesmo temperado pela escola possibilista apontada por V. DE LA BLACHE, LAVEDAN critica-o através de exemplos de cidades construídas em sítios inóspitos, defendendo que a cidade o é tanto mais «contra a natureza» ela for construída. De facto, na conclusão, o autor diz que «há cidade quando o homem domina a natureza e consegue libertar-se dela. A cidade é aquilo que escapa ao meio físico» (p.318). Isto não impede que o cap. 2, com a história das cidades, tenha muitas referências que lembram a tradição inaugurada por LA BLACHE.

(?) P. L. LAVEDAN (1959), *Géographie des Villes*, Paris, Gallimard. Nouvelle édition.

A II parte inicia-se agora com dados naturais (clima, sítio, situação) que na primeira não se destacavam, sendo contemplados os factores que propiciam a criação de cidades. Segue-se o estudo da planta, dos espaços livres e das superfícies construídas, com um tratamento bastante semelhante nas duas edições. Mas o capítulo sobre bairros, que em 1936 concluía a II parte, num tipo de arranjo mais de acordo com uma visão morfológica da cidade e que TRICART ainda mantém, é agora transferido para a III.

A III parte, mantendo o título da 1.<sup>a</sup> edição, tem um conteúdo substancialmente diferente, pois enquanto em 1936 era essencialmente planeamento, desde os tipos de planos aos problemas a que estes respondem, com muito ênfase nas questões referentes a circulação e infra-estruturas, vai ter em 1959 um sentido mais ambíguo. Vida urbana já não é só o conjunto a organizar, são também os habitantes, seguindo a proposta de CHABOT. Por isso, nesta parte, aparece agora um capítulo sobre «demografia», que antes estava ligada ao estudo dos edifícios, seguindo-se um sobre bairros. Embora os grandes tipos de bairros sejam os mesmos da 1.<sup>a</sup> edição, este capítulo tem agora muito mais desenvolvimento. Há maior preocupação com o conceito, incluem-se referências ao sítio a que se pertence, ou espaço vivido, na terminologia actual, o bairro já não é um elemento morfológico de suporte a uma função mas é uma realidade histórica e social. A apresentação da diversidade das áreas habitacionais é mais desenvolvida e inclui elementos sobre os subúrbios.

Os últimos capítulos desta III parte seguem os da 1.<sup>a</sup> versão, apesar de a circulação urbana aparecer desdobrada em dois, um sobre deslocações casa-trabalho e transportes públicos e outro mais especificamente sobre a circulação urbana e os seus problemas. O último capítulo, infra-estruturas urbanas, não regista alterações significativas.

Portanto, embora a estrutura global do livro se mantenha entre 1936 e 1959, as alterações introduzidas revelam um tipo de organização já algo diferente e que voltaremos a encontrar noutras obras posteriores: a I parte inclui o desenvolvimento histórico das cidades e as “soluções” para os problemas actuais; a II é morfologia em sentido restrito, análise morfológica com chamada aos elementos naturais com ela correlacionados, sendo a III a menos clara, conjugando a vida dos habitantes e do “organismo” urbano.

Ao definir cidade, LAVEDAN constata que há diferenças entre o povoamento rural e urbano, mas que elas tenderão a esbater-se, pelo que é irrelevante aprofundá-las no estudo. Privilegia a cidade como obra humana que escapa, ultrapassando-os, os obstáculos do meio físico, o que obriga a uma grande solidariedade e mecanismos de controlo. É a ênfase dada ao controlo social que justifica a importância do urbanismo nesta abordagem de LAVEDAN. De facto, o papel dos agentes sociais na produção do espaço urbano mantém-se diminuto, mas a importância do grupo organizado, a cidade como «um organismo em que cada parte está cada vez mais submetida à lei» (p.319) justifica que, para o autor, ela apareça como produto de regras, de maneiras de construir o espaço, do urbanismo, enfim.

Continuando a privilegiar a análise morfológica do espaço urbano, e por isto a II parte é a que ainda hoje permanece como a mais interessante, a estrutura do livro é menos morfo-urbanística, em relação à 1.<sup>a</sup> edição e aponta já uma decomposição em História-Morfologia-Actividades, que se vai encontrar em trabalhos posteriores.

Curiosamente, quando assume o corte com algumas ideias mestras da escola tradicional francesa, LAVEDAN integra na sua obra algumas dessas ideias, mesmo numa óptica mais moderna. Repare-se por exemplo na relação mais explícita entre trama viária e condicionantes físicas, dada pela sucessão dos capítulos da II parte, 1 — *Le Climat*; 2 — *L'emplacement* (o sítio e a situação); 3 — *Le plan de la ville*, ou no significado da transferência do capítulo sobre bairros da II parte (estrutura morfo-funcional) para a III, seguindo-se a um sobre população urbana.

G. CHABOT justifica a publicação do seu livro<sup>(3)</sup>, pelo facto de em França nenhum geógrafo ter até então apresentado uma visão de conjunto sobre «as funções, a vida e a irradiação das cidades» (p.5). Com efeito, LAVEDAN não aborda a questão das relações regionais dos centros urbanos.

Na Introdução, CHABOT discorre sobre a definição de cidade, os diversos critérios que se usam para individualizar as cidades e a história da Geografia Urbana. Para o autor e, nas suas palavras, para os geógrafos, a cidade é uma paisagem, uma paisagem de Geografia Humana que se opõe ao campo pelo seu aspecto exterior e pelo género de vida dos seus habitantes.

Ao passar em revista a produção da Geografia Urbana, constata que a cidade é abordada segundo dois pontos de vista diferentes: «Por um lado, ela desempenha um papel, industrial, comercial, militar; fabrica arados e roupa, efectua transacções, envia ordens administrativas. Por outro lado, organiza a sua própria vida, abre ruas, constrói os prédios, distribui água e electricidade» (p. 19). Então, CHABOT conclui que as cidades, tal como as pessoas, têm uma vida profissional e uma vida privada. Aquela responde ao motivo pelo qual a cidade foi criada e se desenvolveu e «é a essa profissão específica de cada cidade que se chama função urbana» (p. 19).

Embora CHABOT não seja o introdutor do termo, ele foi sem dúvida quem sistematizou este aspecto da Geografia Urbana; associa a função à origem e motivação da cidade e, por isso, à sua localização, e a alguns aspectos da paisagem urbana (muralhas, elementos dominantes, convergência de ruas para o palácio, entre outros), daí que proponha o estudo das funções como abertura para o seu livro de Geografia Urbana. De facto, este tema é tratado na I parte, tal como será objecto do livro II, do *Traité*. O autor individualiza seis grupos de funções principais (militar, comercial, industrial, terapêutica e de turismo, intelectual e religiosa, administrativa) e mais um com as grandes cidades multifuncionais a que propõe chamar «Grande Cidade» ou Cidade Metropolitana<sup>(4)</sup>, sendo as cidades de cada tipo objecto de estudo num capítulo próprio.

(3) G. GHABOT (1948), *Les Villes. Aperçu de Géographie Humaine*, Paris, A. Colin.

(4) Com efeito, é vulgar referirmos Grande Londres ou Grande Lisboa, área metropolitana de Londres ou de Lisboa.

A II parte é dedicada à vida privada da cidade, isto é, à organização da vida dos seus habitantes, a que o autor chama «La Cité», feita através do estudo «da forma da cidade, isto é, o quadro da cidade e a organização da vida que se desenrola no interior desse quadro» (p. 98). No primeiro capítulo respeitante ao quadro analisa a morfologia, os espaços funcionais e os edifícios habitacionais. O maior desenvolvimento cabe ao estudo das plantas, encaradas como produto do crescimento urbano, embora haja também referência ao sítio e situação. A estrutura funcional aparece como um complemento do estudo da planta; o autor nota a tendência para a definição de bairros homogêneos como produto do «zoning» e apresenta umas breves notas sobre as zonas funcionais, principalmente a estrutura do comércio, segundo PROUDFOOT (1937).

A tipologia restringe-se à evolução dos edifícios habitacionais. Este capítulo termina com a constatação da existência de tipos de cidades diferentes. Se o estudo das funções levava à individualização de tipos de cidades, quando se esperaria uma classificação de base morfológica, CHABOT refere que existem também tipos relacionados com o aspecto regional das cidades e da civilização que expressam.

O capítulo 2, sobre a «vida da comunidade», trata da demografia, circulação, abastecimentos e evacuação de detritos de modo pouco profundo e pouco geográfico. Este texto não representa nenhum avanço em relação ao de LAVEDAN.

Na III parte, a cidade é apresentada no seu contexto regional. O capítulo 1 é dedicado às relações cidade/campo, concretamente ao que cada um dá ao outro, e as diferentes intensidades da relação com a distância. No cap. 2 aparece a hierarquia de centros e a Teoria dos Lugares Centrais. Finalmente, no cap. 3 apresenta uma análise comparativa dos graus de urbanização à escala mundial.

A Conclusão é dedicada à relação entre cidade e civilização; sendo aquela um aspecto essencial desta, o autor refere à evolução das cidades na história, com especial relevo para os períodos de fundação e florescimento urbano. A questão do declínio leva CHABOT a admitir que existe um limite para a urbanização, no que o autor parece sensível aos argumentos sobre o ciclo de vida das cidades de G. TAYLOR e que também MUMFORD usará com adaptações.

Apesar das importantes referências a autores americanos, alemães, ingleses e franceses, CHABOT é pouco sensível às inovações que nos anos 50 irão dominar a Geografia. Perfeitamente identificado com a escola possibilista pelo papel relevante dado às paisagens como objecto de estudo geográfico («para o geógrafo a cidade é antes de mais uma paisagem» p. 12), pelo papel da civilização, «o homem constrói em cada sítio o quadro da vida urbana seguindo as condições locais, as tradições, os seus gostos, necessidades e modos de vida. É por tudo isto que as cidades podem ser consideradas como símbolos da civilização» (p. 152) e ainda, pela influência do ambiente físico nas paisagens humanizadas, concretamente nas cidades, «Uma cidade exprime o conjunto das condições geográficas do ambiente em que se situa» (p. 212), «às cidades ruidosas animadas e exuberantes que se aquecem ao sol do meio-dia opõe-se a atitude fria e reservada das cidades do Norte; as cidades das planícies agrícolas são mais burguesas e conservadoras» (p. 173).

O plano introduzido por CHABOT, conceitos — funções — organização interna — relações cidade/ exterior, apresenta uma visão global e coerente da problemática urbana pelo que vai influenciar as obras posteriores, não só em França mas também em Inglaterra. Onde se notará maior evolução é na II parte em que CHABOT combina, por um lado, morfologia com divisão funcional do espaço no «quadro», e por outro lado, habitantes e infra-estruturas, na «vida». TRICART preserva esta simbiose enquanto LAVEDAN em 1959 separará a morfologia das actividades, como vimos.

Para além do esquema, esta obra é muito importante pela I parte, onde o autor expõe as suas ideias sobre função das cidades. Para além desta, só a da morfologia mantém hoje actualidade e interesse. O resto da II parte, onde se pretendia retratar a vida interna das aglomerações, é pouco desenvolvido; nota-se um esboço de análise das áreas funcionais mas é ainda muito reduzido e sem objectivos muito claros, nem princípios de explicação. Note-se que o autor responsabiliza o «zonning» pelo aparecimento de bairros homogéneos, quando, efectivamente, há vários processos em curso na cidade que determinam a homogeneidade e individualização de áreas diferenciadas.

Esta obra é essencialmente de tipo descritivo, filiada na corrente determinista, embora acuse já os efeitos da transição. CHABOT tanto cita os embriões do que será depois a geografia positivista e locativa (CHRISTALLER) como o último expoente do determinismo americano, G. TAYLOR, parecendo mais receptivo a este último autor.

Finalmente, deve-se dizer que se trata de uma obra cuja leitura é muito simples e agradável na qual não é difícil encontrar páginas de texto muito vivo, colorido e atraente.

O livro de J. TRICART<sup>(5)</sup> começa com uma introdução, significativamente intitulada «Problèmes et Méthodes», onde discute os conceitos e problemas postos pelo estudo da cidade, assim como as diversas abordagens feitas a esta problemática, finalizando com a apresentação dos temas que trata e do método que escolheu.

O livro está organizado em duas grandes partes: «La Morphologie Urbaine» e «L'Organisation des réseaux de villes». Na primeira estuda os elementos fundamentais da paisagem urbana, as construções e espaços livres; o quadro da vida urbana, a planta; as estruturas urbanas, os bairros e a organização que revelam. Na segunda parte trata da distribuição das cidades no mundo; relações cidade-região e especialização funcional das cidades; relações das cidades umas com as outras, hierarquia urbana e, finalmente, as malhas urbanas, com base na Teoria dos Lugares Centrais.

TRICART concebe a Geografia Urbana como o estudo da morfologia, cujo objectivo é «definir e explicar simultaneamente a paisagem urbana e a sua estrutura» (p. 4), e da repartição das cidades, que por sua vez é função das relações que estabelecem umas com as outras e com as áreas que controlam.

(5) J. TRICART (1951), *L'Habitat Urbain*. Paris.

A análise da morfologia será feita a três níveis: o da rua, aquele que é visível para o observador, o do bairro e o do conjunto urbano, isto é, a cidade como uma reunião de bairros. O facto de chamar «As estruturas urbanas» ao capítulo que estuda os bairros e concretamente o título da parte C deste capítulo, «Les rapports entre les quartiers: la structure de la ville» revela um conceito estrutural que parte da reunião de partes diferenciadas (os bairros) e das suas relações, numa elaboração mais completa da proposta de LAVEDAN em 1936. TRICART diz que «uma cidade é constituída, com efeito, pela reunião orgânica dos bairros. As relações dos bairros uns com os outros permitem definir a estrutura da cidade. Estas relações são de duas ordens estreitamente ligadas: ao mesmo tempo espaciais e funcionais» (p. 170). No entanto, o texto não segue esta proposição inicial porque começa por apresentar o modelo das zonas concêntricas de BURGESS, demonstrando depois que não tem generalidade. E nisto reside o principal fracasso da proposta que TRICART se propusera seguir: analisa as partes mas não consegue partir delas para chegar ao conjunto que é a cidade. Incapaz de desenvolver um corpo teórico para a articulação das partes, vai cair, tal como LAVEDAN, na cidade que se constrói, recorrendo a exemplos do urbanismo inglês e polaco.

Tal como LAVEDAN, TRICART, ao privilegiar a análise morfológica, distancia-se da escola francesa, das monografias de cidades segundo o esquema de BLANCHARD: estudos de sítio, posição e desenvolvimento urbano, inicialmente mais deterministas, temperados depois por análises historicistas. O autor aponta como principal defeito destes trabalhos o «espírito demasiado narrativo, do género erudição local, mais descrições que análises onde o esforço de revelar uma sucessão de dinamismos diferentes e de processos de crescimento é insuficiente» (p. 72) e diz também que os estudos urbanos «reflectem exclusivamente os dois pontos de vista que não são o centro do assunto: estudo económico das funções urbanas, estudo puramente histórico do desenvolvimento e do sítio» (p. 4).

O autor critica a escola regional, o determinismo físico e a análise histórica, mas adopta a definição de cidade de CHABOT e daí elege a «paisagem» («reflexo duma estrutura») como objecto principal de estudo. A Geografia identifica-se pelo objecto de estudo, a paisagem — só uns bons anos mais tarde B. BERRY irá transferir esta identificação do objecto para a perspectiva de análise — e aparece como convergência de vários saberes; de facto, TRICART diz que «a morfologia urbana supõe uma convergência de dados geralmente recolhidos por disciplinas diferentes (...) Basta-nos que esse convergência tenha por fim a análise e explicação de um facto concreto, uma paisagem, para lhe afirmar o lugar no quadro geográfico» (p. 4).

TRICART justifica a pouca importância dada aos estudos morfológicos (tal como os entende), devido à importância da concepção idealista de pesquisa científica nas ciências humanas. Nesta perspectiva «Em vez de partir da análise dos factos, parte-se de concepções abstractas: concepções estéticas dos urbanistas, concepções históricas da maior parte dos geógrafos. E entre estes pontos de vista, tão absolutos e tão opostos, nenhum verdadeiro encontro se pôde produzir» (p. 4). Coloca-se na posição oposta, a que se chama materialista, palavra que usa no sentido de «fundada

sobre o estudo dos factos conduzido à margem de ideias pré-concebidas» (Nota da p. 8).

Embora cabendo na linha a que hoje se costuma chamar de neo-positivista, é talvez pela sua reflexão sobre o método de trabalho científico e pela defesa do método indutivo que TRICART não adere a alguns corpos teóricos que já existiam na Geografia e que o autor conhece e usa, como sejam, por exemplo, o modelo de BURGESS e a teoria de CHRISTALLER.

TRICART era certamente marxista e este livro é um bom exemplo, o melhor que conheço, da produção de geógrafos comunistas dos anos 50. Essa orientação é nítida na grande importância que, na explicação, assume o que o autor designa por «contenu social», equivalente à organização das sociedades em classes, e a crítica que faz a outros autores por não terem considerado os aspectos sociais ou não lhes terem dado suficiente importância. Veja-se, por exemplo, na p. 9 a necessidade da ligação entre a Sociologia e a Geografia para o estudo do habitat urbano, os méritos que encontra nos trabalhos de ALEXANDRE, DRESCH e GEORGE ou ainda, na p. 72-73, a crítica a LAVEDAN e CHABOT em contraponto com os trabalhos de DICKINSON e, novamente, DRESCH e GEORGE.

A análise morfológica é sempre articulada com uma explicação de tipo económico e social; são constantes as referências à luta de classes, ao capitalismo, à tendência, a ele inerente, para a concentração, com o desaparecimento das classes médias (ideia que ainda fazia parte do «dogma» no início dos anos 50); o grande papel atribuído à renda fundiária e à especulação no modo de crescimento urbano; as referências à reorganização do espaço na sociedade socialista, com vários exemplos de cidades da URSS e grandes esperanças nas democracias populares, há pouco instaladas no centro-leste da Europa.

Outro aspecto em que a corrente positivista do autor se revela é na maneira de apresentar as questões, a sua grande preocupação com o estabelecimento de critérios de análise e classificação. Apresenta tudo sistematizado e classificado (edifícios, plantas, bairros). Não me parece, no entanto, que os critérios sejam suficientemente discutidos de tal modo que a tipologia proposta seja o produto natural deles. Pelo contrário, muitas classificações apresentadas podiam ser outras que não aquelas.

Contestando embora o processo habitual de trabalho dos geógrafos franceses, TRICART produz um texto bastante original, de certo modo correspondendo a uma encruzilhada de perspectivas, onde se encontram algumas marcas das correntes que critica. Notam-se bastantes influências de LAVEDAN, assim como de autores ingleses (TRICART estudou com CHOLLEY), por exemplo DICKINSON, tudo isto caldeado com uma posição político-ideológica bem marcada. Este trabalho não terá seguidores, pelo que ficará, com os textos de LAVEDAN, como exemplo da dominante morfológica nos estudos urbanos franceses.

Tratando-se de um livro para um curso de Geografia Urbana que leccionava, devemos ressaltar a preocupação pedagógica havida na sua elaboração. Cada capítulo termina com o enunciado dos respectivos trabalhos práticos, fontes, método a seguir e, nalguns casos, resultados obtidos com alunos de Estrasburgo, e bibliografia.

Esta revela um bom conhecimento de obras inglesas e alemãs, para além, naturalmente, das francesas, e muitos dos trabalhos referidos têm indicações sobre o seu conteúdo e interesse, pelo que se mantém útil, mesmo reportando-se a 1951.

Em 1952 P. GEORGE<sup>(6)</sup> faz um livro com o objectivo de «descrever as grandes séries urbanas que existem»

A I parte, que funciona como uma grande introdução, contém princípios de Geografia Urbana. Dá uma ideia da importância da urbanização à escala mundial, fala na paisagem urbana e no seu estudo, e termina com uma «esquisse méthodologique».

P. GEORGE afirma que um dos dois temas do estudo urbano é «a descrição das combinações particulares que caracterizam cada cidade tomada individualmente» (p. 23), o que ressalta a noção de único tão querida dos geógrafos regionais e, tal como eles postulavam, a generalização obtém-se pela comparação de casos, pelos ares de família que permitem agrupar, classificar e depois descrever os grupos, as «séries urbanas». É isto que o autor pretende fazer mas, ao eleger o processo histórico do desenvolvimento urbano como base da classificação, chega a cinco grupos — cidades em economias rurais com sistema de trocas pouco desenvolvido, cidades comerciais pré-industriais, cidades comerciais e industriais produzidas pela revolução industrial e pelo capitalismo, cidades coloniais, cidades socialistas — enquanto na apresentação das cidades acaba por seguir a divisão por continentes, o que torna a sistematização elaborada, no mínimo, frágil.

O resto do livro destina-se à apresentação dos tipos principais de cidade, concretamente, as da Europa Ocidental, as consequências urbanas da expansão europeia, cidades novas e cidades complexas transformadas pela colonização, e a evolução urbana nas economias socialistas. O estudo das várias cidades inclui plantas quadros estatísticos e baseia-se no conhecimento pessoal do autor e no recurso a monografias.

Apesar das preocupações metodológicas referidas na I parte, veja-se o título do seu capítulo 2, nota-se uma grande incapacidade de sistematizar e definir conceitos. De facto, a geografia possibilista era avessa a sistematizações metodológicas.

De certa forma, enquanto manual de Geografia Urbana, este livro é um retrocesso em relação aos anteriores. Não denota preocupações profundas de definir e classificar; acentua o papel da descrição; fala em «necessidades e satisfação delas; em cada época histórica a “mise en oeuvre” de técnicas (...) que valorizam o meio natural» (p. 26). Um bom exemplo da articulação dos elementos na óptica possibilista é dada pela abordagem proposta ao estudo da paisagem urbana, «uma descrição minuciosa, seguida da pesquisa das relações explicativas (...). Implica a análise das unidades constitutivas, dos materiais próprios às construções de cada região, (...) de concepções arquitecturais ou de tipos de civilização material e cultural de formas de adaptação às condições climáticas ou topográficas» (p. 12). Na linha de V. DE LA

(6) P. GEORGE (1952), *La Ville, Le Fait Urbain a Travers le Monde*, Paris, Presses Universitaires de France.

BLACHE, o autor privilegia o processo histórico e os aspectos regionais: «a geografia regional e local, a história regional e local asseguram a compreensão exacta dos processos de evolução de cada organismo urbano, previamente situado no quadro geral da categoria de cidade a que pertence» (p. 27).

A ênfase dada à História pode também justificar-se pela posição política do autor; não é por acaso que GEORGE fala bastante de capitalismo e das exigências deste modo de produção, procurando sempre fazer o contraponto com as sociedades socialistas. A associação das cidades ao modo de produção e os efeitos urbanos da extensão actual do capitalismo, sob forma de imperialismo, desenvolvidas posteriormente por autores marxistas, tiram muito interesse à abordagem de GEORGE, limitada a aspectos descritivos.

Embora sem defender a classificação de cidades adoptada, esta obra pode ser útil quando se estudam cidades numa certa zona do globo, até pelas referências bibliográficas numerosas, mesmo que desactualizadas, mas não é um manual de Geografia Urbana.

O livro de P. GEORGE<sup>(7)</sup>, de 1961, é essencialmente descritivo. Nada aparece articulado a conceitos teóricos, os vários temas são apresentados a partir de exemplos sem qualquer generalização. Está subjacente que da comparação de casos se podem extrair princípios gerais como quando define tipos de cidades (cap. 2 da I parte que resume o livro anterior). A maior parte dos exemplos diz respeito à Europa, com grande realce para a França, mundo mediterrâneo e muçulmano, bastante menos à África Negra e Brasil. A bibliografia é quase exclusivamente francesa. Quase não apresenta quadros, gráficos nem mapas. Os dados estatísticos e objectivos são escassos, mas o texto é por vezes muito sugestivo na descrição da cidade, na animação dos *souks*, no desenvolvimento histórico das cidades europeias, e as fotografias lá estão para ajudar a «ver».

Não se encontra um fio condutor neste livro, que parece mais um repositório de imagens, de impressões de viagem. Por isto, é um retrocesso em relação a TRICART e CHABOT que são rigorosos, e mesmo a LAVEDAN que, embora descritivo, tem uma orientação morfológica nítida. GEORGE não se preocupa com os conceitos ou com a classificação, aparece-nos como seguidor da escola possibilista de carácter regional, privilegiando na explicação o factor História, ou melhor, as civilizações.

Para além da Introdução, o livro estrutura-se em 2 partes, intituladas «A Formação do Quadro Urbano» e «As Actividades Urbanas», sendo aquela mais interessante que a segunda. Repare-se nesta divisão: por um lado há o cenário, qualquer coisa de exterior e autónomo, e depois aparecem as actividades que, tal como marionetas, as pessoas lá realizam. Não existe nenhuma articulação entre o espaço produzido e o grupo social que o produz (relação que apesar de tudo TRICART procurava estabelecer). Esta dicotomia entre o quadro e as actividades urbanas aparece esboçada em LAVEDAN, 1959, e vai manter-se mais algum tempo.

Na I parte, depois de um capítulo sobre fontes estatísticas, aparece outro sobre as cidades. que condensa o livro de GEORGE (1952), o capítulo 3 analisa a posição e

(7) P. GEORGE (1961), *Précis de Géographie Urbaine*, Paris, Presses Universitaires de France.

o sítio das cidades, sem fornecer nenhuma classificação, enquanto o 4 é o mais desenvolvido e aquele que melhor identifica o livro. Trata do estudo das plantas, da estrutura urbana (resultado da articulação dos bairros como em LAVEDAN e TRICART, sem apresentar nenhuma evolução em relação a este último), o processo de crescimento, com grande relevo para a evolução das condições de habitação nos últimos 100 anos, numa exposição bastante interessante e através da qual se revela a sua posição próxima do marxismo, e o planeamento (reconstruções do pós-guerra e problemas actuais). Como é sensível às diferenças apresentadas pelas cidades dos países subdesenvolvidos, o capítulo 5 é-lhes dedicado, até porque «em países subdesenvolvidos, a geografia regional passa adiante da geografia geral» (p. 145).

A II parte, com as actividades, é bastante menos interessante pois tem pouco conteúdo. Sucedem-se um capítulo sobre população (análise demográfica), outro sobre trabalho que trata da estrutura da população activa, função da cidade e classificação funcional das cidades, sem qualquer referência à repartição das actividades no interior da cidade; o capítulo 3, com alguns aspectos da vida social (mobilidade, saúde, abastecimentos) não tem qualquer interesse. Finalmente, as relações cidade-campo e as redes urbanas ficam-se pela descrição dos níveis principais de centros e respectivas funções características, sem qualquer referência à Teoria dos Lugares Centrais, no que também fica aquém do tratamento dado por CHABOT e TRICART a esta matéria.

Este livro tem um esquema muito diferente do dos pioneiros, recordando mais o de LAVEDAN, 1959, mas sem uma orientação clara. A perspectiva já não é morfológica e ainda não é a da organização funcional.

Em 1963 aparece um *Traité* de BEAUJEU-GARNIER e CHABOT<sup>(8)</sup>. Depois de uma Introdução conjunta, com taxas de urbanização em diversos países e definições de cidade, a obra divide-se em cinco partes (designadas por livros), sendo cada uma da responsabilidade de um dos autores; a primeira, de GARNIER, descreve as cidades nos vários continentes, ou melhor, nas grandes regiões geográficas, os seus ares de família; a segunda parte, de CHABOT, trata as funções urbanas, noção e processo de determinação, seguidos do enunciado das várias funções, baseado em exemplos e apresentação de casos; a III parte é sobre morfologia, plantas e formas do crescimento das cidades, dos subúrbios à aglomeração e conurbação; a IV, intitulada «A vida nas cidades», junta várias coisas, a densidade e os seus efeitos, necessidades e problemas urbanísticos decorrentes do crescimento urbano, os modelos ecológicos e as várias zonas funcionais. Finalmente, a V parte sobre a cidade na região, para além de exemplos dos vários tipos de tutelas, termina com a determinação das áreas de influência e as hierarquias urbanas.

Este manual representa um grande progresso em relação ao de P. GEORGE, pois se de alguma forma segue o esquema enunciado por aquele autor, o maior desenvolvimento e mesmo autonomia de alguns capítulos, aqui considerados como livros,

(8) J. BEAUJEU-GARNIER e G. CHABOT (1963), *Traité de Géographie Urbaine*, Paris, Armand Colin, 2.ª edição, 1967.

tornam-no mais racional do ponto de vista de organização, mais completo, mais sistemático e didáctico, por isso mesmo, mais manual.

Este livro apresenta alguma continuidade e algumas rupturas com obras anteriores. Assim, mantém-se, desde GEORGE, um capítulo que descreve as cidades do mundo por regiões, o que parte do pressuposto de que há tipos de cidades com características próprias consoante as áreas onde se desenvolvem; é como que a marca regional que BEAUJEU-GARNIER, na obra seguinte, vai deixar cair. O estudo da morfologia também se mantém mas muda em relação a LAVEDAN e TRICART, pois para além da maior importância dada ao sítio, restringe-se bastante ao estudo da planta (tipos e formas de expansão) na linha do primeiro trabalho de CHABOT.

A cidade já não é uma forma, como era em TRICART e de certo modo em LAVEDAN, visto que a estrutura aparece numa parte distinta da morfologia e o estudo desta última quase se reduz à planta, havendo mesmo algo de determinista nesta análise, devido à forte relação estabelecida com as condições físicas do sítio. Perdeu-se a tipologia e o estudo dos elementos da planta (edifícios e espaços livres), ruptura que P. GEORGE não tinha feito: apesar da maior importância dada à planta ainda falava da paisagem, dos edifícios (veja-se o título dos cap. 4 e 5 da 1.<sup>a</sup> parte, nesse autor). Se CHABOT em 1948 quase não se debruça sobre os espaços livres, estuda, no entanto, os edifícios residenciais e aponta a evolução que estas construções tinham vindo a sofrer.

Outro aspecto em que a ruptura na ligação morfologia-estrutura é evidente é o desaparecimento do estudo dos bairros e da visão da cidade como um somatório de bairros, bem nítida em TRICART, que equacionava as pistas abertas por LAVEDAN, 1936. Aqui o bairro, enquanto elemento morfológico ou estrutural, desaparece. Não lhe é dado nenhuma ênfase mas os três tipos dominantes de espaços funcionais (que já não são bairros), as zonas industriais, o núcleo central e os espaços residenciais vão aparecer como subcapítulos do cap. 2 do livro IV; porque são antecedentes de um subcapítulo, chamado «organização do espaço urbano», eles assumem já um aspecto estrutural e funcional, mas o pouco espaço que ocupam, algo dissolvidos neste grande capítulo, mostra ainda um grande distanciamento do tipo de tratamento estrutural dos saxónicos: trata-se de um princípio de mudança que não é ainda a ruptura total com os hábitos anteriores.

Também há uma certa continuidade com CHABOT e GEORGE na separação, entre o quadro, ou o morfológico (a planta), e a vida. Ela é, no entanto, menos nítida, porque no livro III, nomeadamente na parte que trata das formas de crescimento, os bairros de lata, os subúrbios, os satélites já não são elementos exclusivamente morfológicos, pressupõem um certo uso e um certo tipo de população. Digamos que o estudo morfológico mudou também um pouco de carácter, deixou de ser encarado como forma independente (que não era em TRICART, quase próximo da noção de produção social do espaço), para ser visto a uma luz que podemos designar por funcional.

A vida nas cidades é também, no essencial, como em CHABOT e GEORGE, a demografia, as densidades, as actividades da população e as necessidades de manu-

tenção e reprodução do conjunto urbanístico (desde a saúde aos lixos, passando pelos abastecimentos em infra-estruturas). Desde LAVEDAN (1936), com excepção de TRICART, que se abordam estas questões, embora o primeiro o fizesse numa perspectiva mais urbanística do que os autores posteriores.

Também desde CHABOT que se mantém como remate a posição regional e as hierarquias urbanas, ao contrário dos autores de língua inglesa que tendem a começar por aqui. No tipo de tratamento desta parte há, apesar de tudo, mais semelhanças com CHABOT e TRICART do que com GEORGE, que pouco desenvolvia esta matéria, nem falando da Teoria dos Lugares Centrais. Até pela época em que foi escrito, este trecho é francamente melhor que os tratamentos anteriores em língua francesa.

Como maiores novidades deste livro, podem referir-se a ruptura entre a morfologia e a estrutura e o grande desenvolvimento, que hoje nos parecerá exagerado, dado às funções urbanas, o grande contributo de CHABOT. Mais tarde, GARNIER reduzirá muito o peso e alterará o conteúdo desta parte. Ela tem hoje um sabor algo arqueológico.

Quanto à perspectiva, os livros I e II são talvez os mais nítidos. As cidades são apresentadas pelo seu aspecto, que é justificado por razões naturais (solos, relevo, clima), históricas e económicas. A afirmação de que «a cidade é um fruto de um complexo natural e humano (...) tanto tira as suas características do espaço, dos solos, como do clima ou da actividade dos homens; nasce, desenvolve-se, torna-se gigantesca, altera-se e, por vezes, morre. A vida da cidade não provém só da actividade dos habitantes mas é uma vida própria e profunda» (p. 44) é um bom exemplo de posição possibilista e daquilo que LAVEDAN chama de «fatalismo histórico». No entanto, o resto do livro não segue este fatalismo, nem se preocupa com o ciclo de vida das cidades. Depois é relativamente neutro, já não tem as marcas ideológicas de um TRICART, ou um GEORGE.

A mesma atitude possibilista e certo funcionalismo orgânico, a preocupação com a origem da cidade aparecem em CHABOT desde 1948, quando define função «como uma espécie de profissão exercida pela cidade que é a sua *raison d'être* (...). O termo função vem da fisiologia; compara a cidade a um órgão; foi imaginado por RATZEL em 1891 e, desde então, usado por todos os geógrafos e urbanistas (...). Antes de mais trata-se das actividades da cidade enquanto órgão exercendo uma função num conjunto, isto é, actividades voltadas para o exterior» (p. 104).

Nesta obra nota-se não só muita informação sobre questões urbanas, mas também a preocupação de falar de tudo, pelo que várias rubricas se reduzem a duas páginas. O texto é de tipo descritivo, muito baseado em exemplos, frequentemente fruto do conhecimento real dos autores; é de leitura acessível, embora às vezes peque por falta de objectividade. Tem uma ilustração rica e variada e numerosa bibliografia, maioritariamente francesa e anglo-saxónica. Este manual, mesmo tendo perdido actualidade no modo de tratar alguns temas, continua a ser uma referência útil para os estudantes de Geografia Urbana.

O trabalho de J. BEAUJEU-GARNIER<sup>(9)</sup> é um livro de texto infeliz. Ao procurar dar muita informação, fazer uma sùmula do que se sabe sobre a cidade, desde o *Traité* às pesquisas mais modernas e diversificadas, dá umas pinceladas de tudo, condensado num volume não muito extenso, que perde em clareza e utilidade para o estudante. A resultante é um livro superficial, onde há de tudo, mas no geral tão pouco de cada coisa que é duvidoso se valeu a pena o esforço. Este carácter geral e superficial é mais típico das obras de divulgação que dos livros de texto; ora, não se trata de uma obra de divulgação, pela estrutura e pelo método expositivo, que não são atraentes para o leigo, incapaz de compreender as várias citações e referências, por vezes ligeiras, que povoam todo o texto.

Nota-se uma preocupação em apresentar as novas correntes, as perspectivas actuais e nisto também a obra não parece criteriosa. Muitos modelos complexos (dos ecologistas a ALONSO, passando pela estrutura comercial de BERRY) são apresentados de forma simplista, por vezes pouco clara, não assinalando devidamente a sua importância e vitalidade, pelo que não podem atrair os estudantes. Também é discutível o espaço reservado a cada um; por exemplo, a teoria dos sistemas aplicada à cidade tem jus a um capítulo inteiro, cujo título é enganador, quando a problemática do espaço vivido tem duas páginas! Fala do espaço produzido, citando LEFEBVRE, mas a seguir não há nada que mostre o que significa, qual o seu interesse.

De facto, não existe articulação de muitas referências e conceitos com o resto do texto, o que dificulta o entendimento do sentido daqueles. Um bom exemplo, entre muitos, é dado pela parte IV, quando a autora procura a relação dos poderes (económico e político) com o espaço; uma ideia aliciante, completamente falhada, porque dissocia as instâncias, procurando explicar aquela relação através de dois exemplos que nada explicam pois o CBD e as «cidades novas» são apresentados de forma descritiva e não articulada com conceitos teóricos.

Esta dificuldade é acentuada pela falta de rigor de algumas propostas. Assim, o cap. 3, sobre funções urbanas, tem um conteúdo radicalmente diferente do *Traité*. Para além de um conceito polémico de cidade («uma entidade materializada e contida num determinado espaço, onde vivem os homens e que, por isso, desempenha um importante papel (...) até à criação de uma sociedade particular» p. 51), refere brevemente as análises clássicas das funções urbanas, para propor três grandes grupos de funções actuais: «de enriquecimento, de transmissão e de responsabilidade», classificação não fundamentada e que não se revela útil. Mais grave do que isto é o facto de o tratamento do primeiro tipo de funções revelar profundas ambiguidades e ser confuso em termos económicos. Com efeito, se a «manifestação essencial destas funções é a de criar mais-valia e a de acumular uma certa massa monetária» (p. 54), parece-nos grave não distinguir as actividades que geram mais-valia, isto é, que permitem a multiplicação do capital, e aquelas que pura e simplesmente operam a nível de circulação, podendo favorecer a acumulação da massa monetária, mas não contri-

(9) J. BEAUJEU-GARNIER (1980), *Géographie Urbaine*, Paris. Tradução Portuguesa. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983.

buindo de facto para o aumento do capital. É incorrecto dizer que a função financeira «centraliza e multiplica os recursos» (p. 57). Desta falta de rigor resulta que a autora inclui neste tipo de funções a indústria, o comércio, os serviços financeiros e o turismo, dizendo que «o turismo pode classificar-se tanto nas indústrias, como nos serviços!» (p. 56), citando como cidades algumas estações de esqui dos Alpes franceses que, só numa definição muito ampla, mereceriam tal designação.

A autora inclui pistas novas numa geografia velha, pelo que quem não conheça já as pistas e o seu significado não fica esclarecido; na maior parte dos casos nem as reconhecerá.

O livro segue uma linha expositiva asséptica. Alguns capítulos contêm generalidades, outros baseiam-se mais na apresentação de dados e casos; as referências e outros livros são muito frequentes, quer pelos princípios teóricos, quer pelos exemplos. A impressão geral com que se fica é a de que se trata de um repositório de coisas metidas numa matriz que vem do *Traité*. Com efeito, o esquema deste livro segue bastante aquele, mas nas alterações introduzidas consubstanciam-se algumas rupturas importantes. Assim, a apresentação das cidades (1.<sup>a</sup> parte) é feita com base estatística, apontando para uma caracterização-classificação dos centros urbanos, desaparecendo a visão regionalista que levava à descrição de famílias de cidades, no *Traité*.

A II parte é agora a estrutura urbana, mesmo que se chame «O espaço urbano», encarada seguramente já numa perspectiva funcional. Mantém, de forma resumida, o antigo livro III e a parte funcional do IV, acabando pois com a distinção entre o «quadro» (natural-morfológico) e as «pessoas», os utentes, a vida. A cidade não é mais uma soma de partes, é uma estrutura (ou organização) que resulta de dinamismos funcionais expressos em formas. Alguma ambiguidade existente no livro IV do *Traité*, que resultava daquela dualidade (quadro/pessoas) fica agora resolvida com o enfoque funcional globalizante na organização urbana. A análise morfológica é tão só uma parte, resultante dessa organização, e não já a via de estudo que fora até TRICART.

Estas duas rupturas, com descrição regional e com a dicotomia forma-actividade, são os dois aspectos mais significativos do livro e aquilo em que ele representa uma nova etapa.

As partes III (População e Infra-estruturas) e IV (Redes Urbanas) seguem sensivelmente as ideias do *Traité*, mesmo que a primeira tenha sofrido algumas alterações na sequência dos capítulos. Não me parece ainda bem resolvida esta III parte, a da vida. Isto porque, no essencial, é população sem ser propriamente Geografia da População e, por outro lado, põe a questão das infra-estruturas e dos abastecimentos que, desde LAVEDAN (e com excepção de TRICART) os franceses incluem nos manuais, mas só no primeiro autor estavam bem integradas, porque ligadas aos problemas urbanos, isto é, ao urbanismo. Falta de aplicação da teoria dos sistemas, ou outra, a apresentação das infra-estruturas é quase sempre descritiva e tende a perpetuar a ideia de que a cidade é um organismo vivo, que se alimenta, que consome energia e produz resíduos...

O título da parte V é enganador porque à zona de influência urbana não se pode, em português, chamar «de ambiente». Tal como o do capítulo II, este título tem uma designação incorrecta em português. A parte IV é totalmente nova, original e interessante pelos objectivos, que no entanto são completamente frustrados no seu desenvolvimento, como já referimos.

Deveremos ainda salientar a excelente bibliografia apresentada no fim do volume, que quase não repete a do *Traité* e tem o mérito de ser extensa, predominantemente geográfica e incluir, para além de livros, referências a artigos e revistas. Contém a bibliografia mais importante da Geografia Urbana.

Finalmente, é de lastimar que tenha sido escolhido pela fundação Gulbenkian para traduzir, pois não o podemos recomendar aos alunos como o livro de Geografia Urbana a possuir. Para além disso, é de lamentar o pouco cuidado posto na tradução e revisão do texto. Sendo a bibliografia sobre estes assuntos escassa em português, devia ter havido muito cuidado com a terminologia e aproveitado a ocasião para divulgar uma correcta; ora isso não se fez. Para vários conceitos já começavam a vulgarizar-se em Portugal expressões, nomeadamente através das publicações do Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, que esta tradução ignora e substitui por outras, quanto a nós, menos felizes. Não se aproveitou para discutir o uso incorrecto de palavras como solo e planificação, propondo-lhes alternativas; nas pág. 67 a 72 a «teoria da base» é de há muito apelidada, de resto seguindo a expressão inglesa «economic base», como da base económica e não só da base; «os centers e ribbons» de MURPHY e BERRY, a que chamamos centros e faixas, aparecem como «núcleos» e «fitas» na pág. 207, embora na seguinte se fale de «centros»; a mesma expressão como migrante pendular (a expressão consagrada) tanto aparece assim como traduzido por imigrante quotidiano (o i é gralha, esperamos); os nomes de cidades estrangeiras tanto aparecem traduzidos como não; «World Trade Center», que é uma organização, aparece traduzido como Centro Comercial Internacional (!), quando a maior parte das empresas são nomeadas em itálico e, quando muito em nota se traduz; interesses aparece em vez de juros, bloco em vez de quarteirão entre muitas outras e numerosas deficiências de tradução e gralhas, bastante frequentes nas referências a autores estrangeiros.

O livro de J. BASTIÉ e B. DÉZERT<sup>(10)</sup> sai no mesmo ano da *Geografia Urbana*, de BEAUJEU-GARNIER, mas é bastante diferente. A sua organização não segue os esquemas anteriores, não está dividido em partes pois, além de uma Introdução e de uma Conclusão, os assuntos dispõem-se ao longo de 25 capítulos, com uma média de 10-12 páginas cada um. Não se trata de estudar a cidade, ou as cidades, mas o «espaço urbano». Eu preferiria as expressões área, ou mesmo território urbano, devido à maior imprecisão da palavra espaço. Talvez até por isso, o cap. 2 é dedi-

(10) J. BASTIÉ e B. DÉZERT (1980), *L'Espace Urbain*, Paris, Masson. Apesar de termos anteriormente efectuado a revisão desta obra, incluímos aqui a sua análise de modo a facilitar a comparação com as outras. Veja-se também T. BARATA SALGUEIRO, «Geografia Urbana em França», *Finisterra* xv (29), p. 117-119.

cado às características do espaço urbano, às suas dimensões. Ao privilegiar como objecto de estudo o espaço urbano posterior à Revolução Industrial, os autores podem considerar que a cidade, como entidade relativamente individualizada, está ultrapassada. Trata-se, pois, de uma abordagem a uma realidade aberta, sob vários aspectos imprecisa, o que talvez explique a estrutura escolhida para a obra. Não se nota a preocupação de revelar profundamente uma realidade bem delimitada, no seu todo. Abordam-se facetas, aspectos deste espaço variado. Com a forma escolhida será sempre possível acrescentar mais algum capítulo.

A sucessão dos assuntos, que apesar de tudo subentende uma certa organização do pensamento, diferencia-se do que poderíamos considerar o esquema clássico (função — morfologia — posição e sítio — população e actividades — relações com o exterior), mas poderia ser melhorada para tornar mais clara a sua coerência.

Os dois primeiros capítulos são introdutórios, o primeiro por situar a problemática urbana, a abordagem defendida, as teorias existentes; o segundo pela reflexão sobre as características do espaço urbano. De certo modo, o mesmo acontece também ao terceiro, dedicado às formas de expansão espacial, cujo posicionamento aqui me parece possível de crítica devido à articulação que poderia ser feita com os capítulos 23 e 24.

Sendo assim, a análise propriamente dita inicia-se com questões relacionadas com a recolha e tratamento da informação (cap. 4) seguida pelo estudo do sítio e da situação (Cap. 5). Uma vez que o cap. 7 sobre plantas e estrutura urbana está bastante ligado a este, não me parece justificável separá-los pelo 6 sobre os valores de terrenos.

Os quatro capítulos seguintes, cuja posição também é discutível, fazem de certa maneira a ponte entre essa parte, mais morfológica, e o estudo funcional. Respeitam ao parque imobiliário e habitação (cap. 8), infra-estruturas urbanas (redes de água, energia, esgotos, lixos) (cap. 9), circulação (cap. 10) e população (cap. 11).

Outro conjunto compreende as funções e actividades urbanas<sup>(11)</sup>: no 12, que me parece bastante infeliz, estudam-se os aspectos gerais e as cidades com função terciária dominante seguindo-se a indústria (13), comércio e serviços (14), CBD (15), terciário público (16). Este último capítulo e os dois imediatos (Fluxos de Circulação no 17 e Hierarquias Urbanas no 18) estudam a cidade através das suas relações com o exterior, quer com as áreas próximas, quer com as outras cidades, através do sistema hierárquico em que se situam.

Seguem-se dois capítulos isolados, creio que mais uma vez a sua posição não é a mais correcta, um sobre o espaço vivido, seguindo bastante os trabalhos de BERTRAND e METTON, dando grande importância ao bairro como a unidade territorial vivida por excelência e a percepção das áreas centrais e sua influência na respectiva

(11) Apesar da definição de CHABOT para função, a grande importância que este autor atribui à função originária pela relação estabelecida com a posição e o facto de propor uma classificação de cidades com base na função enquanto outros autores usam como base classificativa a estrutura da população activa, gerou por vezes uma distinção pouco nítida entre função ou funções da cidade e actividades económicas nela exercidas. Esta confusão está bem evidente neste conjunto de capítulos.

atracção; o outro, sobre questões de poluição do ambiente e respectivas medidas correctoras.

Os capítulos seguintes respeitam à evolução histórica das malhas urbanas, alguns problemas urbanísticos das cidades actuais e tentativas de solucionar a questão do crescimento. Isto podia englobar o capítulo 20 sobre poluição e, como já dissemos, retoma algo já abordado no 3. São os capítulos 21 (Evolução Histórica), 22 (Renovação ou Conservação das Áreas Interiores), 23 (Cidades Novas) e 24 (Rurbanização).

Finalmente o último (25) apresenta uma classificação dos espaços urbanos actuais, reunindo aspectos funcionais, de dimensão e morfológicos. A conclusão é um pequeno ensaio sobre futurologia.

O texto é muito sintético. Procuram-se apresentar os assuntos numa abordagem simples e pragmática. Não sendo profundo, não inclui grandes reflexões, nem se nota a preocupação de citar 'mestres'. Denota um conhecimento de bibliografia vasta e as novas abordagens à questão urbana, que são aqui muito melhor apresentadas que no de BEAUJEU-GARNIER, onde havia o novo-riquismo da novidade e desequilíbrio no seu tratamento. Aqui, as teorias, os modelos, o espaço vivido, a produção do espaço aparecem normalmente, não são empolados por serem novos.

Apesar disso, o livro tem muitas marcas de autores anteriores, de língua francesa; assim, a importância dada ao sítio e à situação, a noção de função e a sua relação com a posição bem presentes desde CHABOT. Mas, ao contrário deste autor, a classificação das cidades não é feita a partir da função (ou das actividades), mas de um complexo morfo-funcional. De facto, mais do que uma tipologia de espaços urbanos, os autores oferecem-nos séries ou famílias destes espaços com algum sabor regional, um pouco na linha de GEORGE.

Noutro aspecto, na preocupação revelada com os problemas das áreas urbanas, da aplicação dos estudos, da importância do urbanismo, nalguma ingenuidade com que enunciam as tarefas ou os meios de que o urbanista dispõe, podem encontrar-se raízes em LAVEDAN, mas lembram mais fortemente LABASSE, PINCHEMEL e os homens da geografia aplicada ou voluntarista.

Os dois grandes tipos de espaços urbanos do cap. 2 correspondem ainda às cidades criadas e espontâneas de LAVEDAN. Na sequência escolhida com a associação da morfologia à estrutura lembra ainda os trabalhos de LAVEDAN e TRICART, numa via que encontra o impasse em GEORGE e que CHABOT e GARNIER depois abandonaram, reduzindo muito a análise morfológica. BASTIÉ e DÉZERT procuram juntar os aspectos da morfologia, estrutura e funções, mais nitidamente a primeira e a última, visto que a estrutura aqui parece ser quase só dada pela polarização ou centralidade. É por esta redução do conceito que a articulação entre a estrutura funcional e a trama ressalta mais nítida.

A apresentação dos vários assuntos é essencialmente descritiva, pese embora algumas desigualdades no tratamento dos vários capítulos. A explicação é de tipo empírico, na relação das formas com as funções, no seu dinamismo ou evolução. A generalização é dominada pela classificação. Descrever para classificar parece ser o

objectivo científico subjacente. Mesmo quando fundamentadas, grande parte das classificações propostas parecem-me discutíveis e insuficientes, no que se refere aos tipos de sítio, às malhas, às funções das cidades e mesmo aos espaços urbanos.

Conscientes de que, para além dos aspectos gerais, cada cidade tem também aspectos particulares, pois dizem que «se há uma tipologia a estabelecer e teorias gerais explicativas, cada espaço urbano necessita de uma análise original e tratamento particular» (p. 24) e «as características específicas de cada cidade decorrem do seu passado, sítio, situação (...) potencial de evolução» (p. 24), os autores optam no entanto pela apresentação dos aspectos mais gerais, referindo por vezes os contrastes verificados entre cidades situadas em contextos económico-sociais diferentes, como seja entre países industrializados e subdesenvolvidos (cap. 15 e 16), de economia liberal e socialista (cap. 14). Dão um grande papel à observação, pois as teorias e hipóteses devem apoiar-se na experiência, «no início deve estar sempre a observação, porque é o único método científico de confiança» (p. 25).

O texto é extremamente didáctico. Linguagem simples, sincopada, muito sintética, decorrendo de uma sucessão de tópicos só ligeiramente desenvolvidos. Com muitos títulos, subtítulos, variações no tipo de letra, com as afirmações mais importantes em itálico, facilita muito o estudo; o encadeamento dos aspectos mais importantes é reforçado visualmente, um pouco como nalguns manuais anglo-saxónicos (veja-se por exemplo o de SAMUELSSON), e nada habitual nos franceses. As numerosas ilustrações, figuras, quadros, gráficos e fotografias aéreas, no geral acompanhadas do *croquis* interpretativo, contribuem para tornar este livro leve, aliciante e claro. É por tudo isto um bom instrumento de trabalho para o principiante em Geografia Urbana.

O livro contém ainda uma vasta bibliografia, organizada segundo temas gerais, obras sobre cidades francesas e não francesas, documentos, atlas e autores. Embora as referências ultrapassem bastante a língua francesa, o texto reflecte consideravelmente as fontes desta origem, inclusivamente o contacto com teorias saxónicas, feito através de textos franceses.

Para além da Introdução e Conclusão, o livro de P. CLAVAL<sup>(12)</sup> distribui-se por 14 capítulos agrupados em 4 partes. A I parte apresenta os princípios teóricos, ou, como o autor prefere chamar-lhes, os «Princípios de Interpretação» que informam a perspectiva apresentada. Depois de breves referências à origem das cidades, à escolha de determinados sítios, CLAVAL expõe os princípios em que se baseia a sua análise urbana. Como a cidade «é uma organização destinada a maximizar a interacção social» (p. 4) e a *raison d'être* da cidade é a de fornecer «essencialmente serviços ligados à informação» (p. 307), os dois capítulos seguintes apresentam as «teorias» subjacentes à nodalidade e o estudo das áreas de influência como um «campo» (por analogia entre atracção urbana e atracção magnética).

O autor considera que o enfoque na interacção que integra a análise do «campo urbano» permite usar uma teoria geral unificadora que possibilita simultaneamente

(12) P. CLAVAL (1981), *La Logique des Villes. Essai d'urbanologie*. Paris, Litec.

abordar, com os mesmos instrumentos teóricos, as duas faces da geografia urbana: os sistemas das cidades, isto é, as relações das cidades umas com as outras, e a organização interna, também ela encarada como um sistema constituído por nodos com diferentes níveis hierárquicos e cada qual com a sua área de influência. Cremos que foi BERRY quem introduziu este cariz unificador nos sistemas urbanos, partindo essencialmente do sector terciário, o que melhor se adapta à estrutura polarizada. Se a cartografia dos valores dos terrenos apresenta também um padrão ondulado, onde há subpólos numa superfície crónica, é contestável aplicar esta visão à totalidade urbana; veja-se, por exemplo, como a organização social do espaço revela outro tipo de estrutura.

De salientar que o grande enfoque na interacção permite a CLAVAL, incluir nesta parte introdutória, não só a Teoria dos Lugares Centrais, mas também os modelos de densidade e de potencial. Isto porque articula a explicação do «campo» à forma da cidade, à maior ou menor extensão da superfície edificada. É pela consideração do campo urbano como um resultado das economias externas favorecidas pela interacção e densidade que explica também a oposição centro-periferia, assim como a formação de campos locais ou secundários nas áreas urbanas.

A II parte diz respeito à organização do espaço intra-urbano. Para CLAVAL «a organização do espaço resulta das economias externas fornecidas pela aglomeração e que mede em cada ponto o campo urbano» (p. 119). Como já vai sendo habitual, a compreensão da organização num certo momento está ligada ao entendimento dos mecanismos de atribuição de cada parcela a um determinado uso; como, para CLAVAL, o processo responsável por isso é o mercado, o conteúdo desta II parte cobre, no essencial, dois grandes temas, à primeira vista algo distantes para aparecerem assim combinados: o estudo do mercado fundiário e o espaço social. O mercado desenvolve-se por 3 capítulos (4 a 6) desde os princípios sobre o funcionamento dos mercados em situações «puras» de concorrência livre e perfeita às «imperfeições» do mercado fundiário, o papel dos agentes intervenientes, com principal destaque para as diversas formas ou controlos da administração pública, o problema da habitação e as respectivas respostas em economia liberal e socialista, assim como as relações do mercado fundiário com os aspectos técnicos de intra-estruturas e construção. A inclusão e até o tratamento desigual dado a estas perturbações que no caso dos aspectos construtivos dos edificios nos parece algo exagerado pelo detalhe, não se justifica tanto pela sua relação com o mercado, que o autor aliás pouco expressa, mas, mais uma vez, pela preocupação de ligar os aspectos económicos aos morfológicos (quase diríamos paisagísticos), isto é, mais obviamente geográficos, a forma e o tipo de extensão urbana, assim como o perfil edificado das cidades.

A utilização funcional do espaço decorre das preferências locativas e da possibilidade de deslocação das «unidades sociais» que para o autor são 3 grandes grupos que designa por famílias, colectividades e organizações. Por isso, o último capítulo desta parte apresenta o resultado dessas preferências em confronto com o mercado, o que poderíamos chamar de a base da organização social e funcional do espaço urbano. Os três grupos seleccionados têm a vantagem de ultrapassar os tipos de

agentes habituais nos estudos económicos da renda fundiária, podendo incluir actividades terciárias não empresariais, desde igrejas à administração pública, passando por associações diversas, mesmo que as expressões colectividades e organizações possam não ser as mais adequadas.

Depois de uma análise das estratégias locativas destes utilizadores, CLAVAL caracteriza dois grande tipos de cidade (morfológica e funcionalmente diferenciados): a cidade densa das sociedades tradicionais e a cidade extensa pós-industrial. Estes dois tipos de cidades são opostos pela forma e pelo nível de diferenciação interna, pois o autor contrapõe a cidade *tassé* à cidade *étendue*; a cidade limitada à cidade dual (centro vs. periferia); a cidade não segregada ou segmentada com raiz corporativa, eventualmente com segregação de base étnica ou religiosa, à cidade socialmente segregada. É na apresentação da cidade pós-industrial baseada na oposição centro-periferia que CLAVAL estuda os diversos tipos de centros, o CBD, a degradação das áreas centrais, a morfologia das áreas periféricas e a localização industrial. No que se refere às áreas centrais faz também o contraste entre os países socialistas e os de ideologia liberal.

As componentes sociais (sectoriais e locais) do espaço urbano, compreendendo uma chamada aos modelos da escola ecológica de Chicago e a sua reinterpretação pela ecologia factorial, a explicação das correntes radicais e a evolução da segregação urbana, aparecem algo forçada num capítulo que termina com os aspectos sociais da dualidade urbana actual. Salienta-se o mérito de o autor ter encarado a dualidade do ponto de vista sócio-urbanístico e por isso ela não se restringe à cidade do cimento *versus* barracas, mas inclui também, embora só como tópico, a dualidade de activos/não activos, com destaque nestes últimos para a marginalidade a que nas nossas cidades estão votados as mulheres, os jovens e os velhos.

A III parte, intitulada a cidade e o mundo exterior, nomeadamente no cap. 8, é a que conceptualmente mais se aproxima da análise sistémica e da entropia. Aqui se analisa o metabolismo urbano, isto é, as relações da cidade com o ambiente físico como num ecossistema. As relações da cidade com o exterior não seguem o esquema habitual de descrição das trocas existentes entre a cidade e o campo mas tomam uma perspectiva económica: a evolução da forma económica destas relações no tempo e os seus reflexos na própria organização urbana (actividades básicas/não básicas e classificação funcional de cidades). Esta interdependência com o exterior e a composição funcional das cidades conduzem à abordagem da questão das economias externas e da dimensão óptima dos centros urbanos.

A afirmação de que as relações dominantes hoje em dia não são de cada cidade com o seu *hinterland* mas de cidade a cidade, num sistema justifica o cap. 10 dedicado às redes urbanas. De notar que este tema já tinha sido, abordado na I parte, sobre os princípios teóricos. Aqui faz-se a análise mais detalhada das redes urbanas, desde os métodos de hierarquização dos centros aos tipos de relações sociais que se desenvolvem entre centros de diferentes níveis, ou entre os centros e as áreas dependentes, e a descrição de redes urbanas particulares, distinguindo as do mundo tradi-

cional e do mundo moderno; as do sec. XIX e as deste século nos países liberais, socialistas e no terceiro mundo.

Esta parte termina com um capítulo sobre modelos que em minha opinião poderia ser integrado na I parte.

Finalmente, a última parte, a que o autor chama de civilização urbana, sintetiza o chamado espaço vivido e o espaço que se constrói através do urbanismo. O cap. 12, sobre o espaço vivido e a sociedade urbana, é um capítulo bastante conseguido porque integra um certo número de conceitos e descobertas recentes que a maior parte das pesquisas sobre esta temática mantinham parceladas. CLAVAL relaciona a imagem, a vivência e a topologia. Ultrapassa o enfoque habitual destes trabalhos, sobre o bairro de residência, ao considerar os diversos papéis que as pessoas desempenham na sociedade e os espaços correlativos onde se desenrolam essas ações. É esta visão mais geral, do uso da cidade, pelos utentes, que permite integrar neste capítulo a referência às instituições reguladoras do comportamento social e, por isso, a administração municipal.

Os dois últimos capítulos, a que chama componentes da paisagem urbana, respeitam a alguns elementos morfológicos (tipo de edifícios e plantas) relacionados com o estilo de vida e preocupações religiosas ou estéticas ao longo do tempo (cap. 13) e o desenvolvimento das ideias urbanísticas do século XIX até aos nossos dias (cap. 14).

CLAVAL oferece-nos um manual de Geografia Urbana muito conseguido. A abordagem segue uma perspectiva económica, dando grande importância aos fenómenos de interacção, de troca de informações. A reunião do enfoque nas relações e a perspectiva económica permitem conjugar o estudo da organização interna, as relações cidade-campo e as relações cidade a cidade, sendo a cidade e a sua área tributária um subsistema dentro da rede de lugares a que pertence. Mas sendo a abordagem de tipo económico, CLAVAL reconhece que esta perspectiva não esgota a compreensão global da cidade, «os modelos económicos são demasiado limitados para poderem abranger tudo (...) a compreensão da cidade passa por uma reflexão sobre o que ela significa para os que a habitam ou a frequentam» (p. 356). Por isso ele inclui um capítulo sobre o espaço vivido, os «ambientes» utilizados pelos cidadãos, no desenrolar das várias actividades em que repartem o tempo. Apesar deste capítulo revelar preocupação pelas pessoas que não meros agentes económicos, a componente social é pouco expressiva no conjunto do volume. Mesmo no capítulo que lhe é dedicado, o 7, que pomposamente se chama «Architecture sociale et organisation de l'espace urbain», a estrutura espacial domina as componentes sociais.

A perspectiva do autor é distante tanto das abordagens ecológicas (quer tradicionais quer na sua reformulação moderna) como das radicais. Estes últimos autores têm dado vários contributos que, se considerados, teriam pelo menos enriquecido os cap. 4 e 5 sobre as características dos mercados fundiários e de habitação.

De qualquer forma, e até porque não é possível pedir a um autor que desenvolva igualmente todos os aspectos, atendendo à multiplicação das abordagens que têm sido feitas à cidade, estamos perante uma obra coerente e actualizada, certa-

mente muito útil aos estudiosos da Geografia Urbana: pela sua organização, pela maneira simples sem ser simplista e pela forma atraente como aborda os vários assuntos, com texto leve e acessível, e mesmo pela apresentação com o livro dividido em partes, divididas em capítulos com vários subcapítulos. Para além da orientação bibliográfica apresentada no início do volume, é preciosa a bibliografia que acompanha cada capítulo. Fazendo parte das notas do respectivo texto, ela tem a vantagem de lhe alargar as dimensões e orientar o estudo mais aprofundado dos diversos temas tratados. Com efeito, um manual não pode desenvolver profundamente os assuntos que trata, mas este tipo de organização dá a liberdade de o fazer ao leitor mais interessado.

A diversidade das figuras e algumas gravuras que acompanham o livro são também de apreciar. Pela clareza e eficácia das primeiras, pela graça e curiosidade das segundas.

Tal como no livro de BASTIÉ e DÉZERT, não se encontra nesta obra de CLAVAL a continuidade em relação aos manuais franceses de Geografia Urbana. Nem no esquema nem na perspectiva é possível encontrar o traço de continuidade. Em termos de manuais, podemos dizer que o início dos anos 80 marca o fim da influência da escola possibilista francesa, dominada, nos estudos urbanos, pela importância da função e posição da cidade, da relação entre morfologia e ambiente físico ou pelas características das diversas áreas funcionais (habitação, comércio, serviços). O livro de B.-GARNIER, sendo uma obra que pretende fazer a ponte entre a escola tradicional e a modernidade, revela-se um manual infeliz, e a libertação é conduzida pela dupla BASTIÉ, DÉZERT e mais claramente ainda assumida por CLAVAL. Note-se que esta ruptura no caso de CLAVAL é feita através da economia, ciência com que os possibilistas, mais ligados à história, tinham menos relações.

Melhor que BASTIÉ e DÉZERT, CLAVAL, ao privilegiar a interacção, conseguiu de facto construir uma matriz na qual mete quase todos os aspectos da Geografia Urbana. A dualidade forma/função ou forma/ambiente desaparecem nesta nova organização dos conhecimentos sobre a cidade. É curioso no entanto o recuperar de expressões tradicionais da escola francesa como sejam por exemplo, *raison d'être* da cidade, que não é mais a função originária mas o serviço de distribuir informação. É também pela maximização do potencial de interacção que CLAVAL diz que a cidade foi sempre qualitativamente diferente da aldeia. Mas há dois aspectos a que os franceses são mais sensíveis nos manuais que os ingleses e que CLAVAL mantém: a diversidade do facto urbano, daí que várias vezes analise os países de economia de mercado, os socialistas, o terceiro mundo; a influência da civilização (evocações frequentes do Islão e da cidade mulçumana) e a importância da arquitectura e do urbanismo. O último capítulo é um bom resumo dos livros de BENEVOLO e não só. Pode, porém, discordar-se da pormenorização de alguns aspectos, nomeadamente do último referido, num manual de Geografia Urbana.

Deve notar-se ainda que este compêndio em língua francesa surge numa época em que na bibliografia anglo-saxónica se notam já muitos sinais de afastamento da linha positivista dominada pela perspectiva económica, devido à maior valorização

dos conteúdos sociais, seja pela proliferação de estudos numa perspectiva radical (curiosamente impulsionados por obras da sociologia francesa), seja por via da redescoberta dos comportamentos individuais — o enfoque no indivíduo e não na média da economia ou no grupo da sociologia — a que alguns chamam de geografia humanista. Sobre este desfasamento temporal da produção científica entre o centro anglo-saxónico e as periferias não deixa de ser curioso reflectir na apreciação-crítica que na conclusão (p. 574) CLAVAL faz do livro de B. BERRY (*The Human Consequences of Urbanization*), um dos mestres do positivismo de raiz económica difundido pela geografia anglo-saxónica, por este acentuar sobretudo a heterogeneidade das cidades, contestando certos corpos teóricos universais de explicação.

Mas a apresentação dos manuais em língua inglesa será objecto da 2.<sup>a</sup> parte deste trabalho, a publicar no próximo número de *Finisterra*.

TERESA BARATA SALGUEIRO